

TRANSFERÊNCIAS FAMILIARES COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE FAMÍLIAS CARENTES¹

FAMILY TRANSFERENCES AS SURVIVAL STRATEGIES OF POOR FAMILIES

Vinícius da Encarnação²
Neuza Maria da Silva³
Karla Maria Damiano Teixeira⁴
José Ferreira de Noronha⁵

1. RESUMO

Este artigo objetivou identificar e analisar as transferências de recursos entre membros de famílias carentes residentes em Bambuí, MG, utilizando-se como arcabouço teórico a teoria das trocas sociais. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas fundamentadas em roteiro semiestruturado aplicado a uma amostra de 60 famílias. Os dados foram analisados de forma descritiva, com o uso do programa *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, versão 17.0. As famílias recebiam mais ajudas do que ofereciam, sendo os motivos para a transferência relacionados à benevolência, enquanto para o receber, à necessidade da família. Por necessitar de ajuda havia, implicitamente, a norma de também ajudar, o que caracterizava a reciprocidade. Além do mais, dar ajuda embutia um sentimento de poder ser cuidado na velhice ou em períodos de doença, portanto não se configurava uma recompensa imediata. Conclui-se

¹ Este artigo é proveniente da dissertação de mestrado em Economia Doméstica intitulada “Transferências familiares: um estudo de caso sobre famílias carentes em Bambuí, MG”, apresentada pelo primeiro autor ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

² Mestre em Economia Doméstica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil, e técnico de nível superior do IFMG/Bambuí-MG (vinicius.encarnacao@ifmg.edu.br).

³ Ph. D. em Economia da Família e do Consumidor pela Purdue University, Estados Unidos (1994), e Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (neuzams@ufv.br).

⁴ Ph. D. em Ecologia Humana pela Michigan State University, Estados Unidos, e Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (kdamiano@ufv.br).

⁵ Doutor em Economia Rural pela University of Kentuck, Estados Unidos (1973), assessor da Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Bambuí, Minas Gerais, Brasil. Endereço profissional: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Bambuí, Fazenda Varginha, km 5, Rodovia Bambuí-Medeiros, Zona Rural, CEP: 38900-000 Bambuí, MG, Caixa Postal 5.

que a família ainda representa a principal fonte de suporte informal decisivo para a sobrevivência.

Palavras-chave: Transferência familiar. Suporte informal. Ajuda.

2. ABSTRACT

The objective of this work was to analyze transfers of resources among members of low income families living in Bambuí-MG. Social exchange theory was used as theoretical background. Data were collected by interviews based in semi-structured questionnaire applied to a sample of 60 families. The data were analyzed by means of SPSS – Statistical Package for Social Sciences, version 17.0. These families were helped more than they helped and the reasons for exchange were related to benevolence, and the main reason which caused them to be helped was the family need. Because they needed help, they also felt the need to offer help, characterizing reciprocity. Moreover, giving help brought up a feeling of being able to be cared for when they become old or ill, therefore, it did not mean an immediate reward. The family is a main source of informal support needed for survival.

Keywords: Family exchange. Informal support. Aid.

3. INTRODUÇÃO

Embora a economia brasileira venha experimentando expressivo crescimento, a falta de recursos dentro da família continua a ser um problema que compromete o bem-estar de grande parte da população. A fim de sobreviverem, as famílias carentes necessitam estabelecer modos de vida próprios, utilizando estratégias como fontes de complementação de renda; redução das despesas básicas; captação de recursos por meio de esmolas; transferências e doações de recursos, como forma de ajuda mútua; uso do crédito informal para suprir as demandas da família e adiar o desembolso; entre outras (SAAD, 2004; ROCHA, 2006; ARRIAGADA, 2007). Entretanto, apesar de a persistência da pobreza ser uma das preocupações centrais dos governos, as políticas de transferência de renda têm-se mostrado insuficientes (ROCHA, 2006). Logo, a família e a comunidade se encarregam do provimento de recursos para seus membros, em caso de

falta, estabelecendo e reforçando responsabilidades e reciprocidades (ARRIAGADA, 2007).

Foi nesse contexto que se estabeleceu a questão de pesquisa – como as famílias carentes transferem recursos entre seus membros?

4. TEORIA DAS TROCAS SOCIAIS

Como arcabouço teórico, foi utilizada a teoria das trocas sociais. Segundo Sabatelli e Shehan (1993) e Ekeh (1974), importantes contribuições para o quadro conceitual das trocas sociais foram dadas pelos trabalhos dos sociólogos George Homans e Peter Blau e dos antropólogos Frazer, Malinowski, Mauss e Lévi-Strauss, entre outros.

Sir James Frazer, em 1919, ofereceu a seguinte explicação econômica para as trocas: quando as pessoas não possuem propriedade de valor suficiente para trocar por algo, então elas dão algo de valor relativo. Os pressupostos do processo de troca são os seguintes: a troca é o resultado de esforços dos indivíduos para preencher necessidades básicas; há a produção de retornos para os integrantes, levando à padronização das interações sociais; os padrões de interação não somente servem às necessidades individuais, mas também restringem os tipos de estruturas sociais que podem emergir; e levam à diferenciação de poder e privilégio em grupos sociais (TURNER, 1986).

Malinowski (1922) desconsiderou o papel dos motivos econômicos nas interações interpessoais. Narrou suas observações do sistema de trocas chamado de Kula entre os Trobriandeses, sendo os primeiros bens trocados nesse sistema braceletes e colares. Como esses objetos não possuíam valor material, outros motivos deviam ser considerados para explicar o contínuo sistema de trocas. Eram trocados valores simbólicos que indicavam a importância das relações sociais entre as pessoas que delas participavam. Conclui-se, então, que as trocas no Kula satisfaziam necessidades psicológicas de compartilhar, criando, também, obrigações sociais.

Marcel Mauss formulou a primeira perspectiva de trocas coletivas ou estruturais, relatando que os participantes em um relacionamento de troca são representantes de grupos sociais e, como tal, obrigados a participar das trocas pelas normas do grupo.

Então, padrões de reciprocidade no relacionamento de troca obedecem às normas do grupo (TURNER, 1986).

De acordo com Homans (1961), a interação social é uma troca, em especial, de recompensas (vantagens) e custos (desvantagens). Falando em termos de benefício, Homans (1974) propôs que o lucro que uma pessoa tem com a troca equivale à diferença entre recompensa e custo. Cada indivíduo calcula internamente as vantagens e desvantagens da ação, maximizando a recompensa e minimizando os custos. Aqueles que dão alguma coisa aos outros tentam obter algo deles, enquanto os que recebem se sentem pressionados a retribuir. À medida que o lucro (recompensa menos custo) se aproxima do ponto máximo, o volume de trocas se estabiliza.

Blau (1964) argumentou que o impulso inicial para a interação social é dado pela troca de benefícios, independentemente das obrigações normativas. Sendo uma aplicação das teorias utilitaristas e da escolha racional, o pressuposto é de que a interação entre os indivíduos ou coletividades pode ser caracterizada como tentativa de maximizar recompensas e diminuir custos. Assim, uma interação é mantida se for considerada compensadora.

Ainda de acordo com Blau (1964), apenas a troca social tende a gerar sentimentos de obrigação, confiança e gratidão, enquanto a troca puramente econômica não gera esses sentimentos. Além do mais, esse autor exclui desse tipo de interação aquelas ocorridas sob coação física ou que resultem do desejo de alguém corresponder às normas institucionalizadas. Refere-se exclusivamente às ações voluntárias dos indivíduos, motivados pelos retornos que suas ações possam trazer. Na análise desse autor a respeito da troca e do poder há quatro recursos que dão poder: dinheiro, estima ou respeito, aceitação e aprovação social. Para ele, o poder deriva da falta de equilíbrio nas trocas sociais, ou seja, se baseia na incapacidade de um dos parceiros de retribuir um comportamento recompensador.

Além dos autores mencionados, Bourdieu (1992) afirmou que as trocas simbólicas em sociedades complexas, monetarizadas e utilitaristas não são necessariamente financeiras ou equivalentes entre si. Trocam-se, antes de tudo, valores interpretados dentro de uma visão de mundo que lhes atribui significado.

5. TRANSFERÊNCIAS FAMILIARES

No contexto deste artigo, as transferências são abordadas como mecanismos de redistribuição da família, caracterizando-se não só pela reciprocidade, mas, também, pela solidariedade, uma vez que as famílias interagem cotidianamente, muitas vezes sem nenhuma obrigação social. Para tanto, é necessário compreender a fundamentação conceitual desse constructo, assim como os tipos de transferências, os seus fluxos e as razões que levam à efetividade dessa estratégia de sobrevivência.

As transferências são as estratégias de sobrevivência mais adotadas (ALMEIDA, 1998), sendo a família considerada o mecanismo redistribucional de renda mais importante (ARRIAGADA, 2007). As transferências abrangem uma dinâmica em que a solidariedade e a reciprocidade das relações estabelecem uma coesão e um sentimento de pertença (ROCHA, 2008). A ajuda da família está associada ao relacionamento entre parentes, vizinhos e amigos. Além disso, frequentemente o relacionamento é definido pela prestação recíproca de favores (BRUSCHINI, 1990). Apesar de ser fácil reconhecer as contribuições dos membros da família para o sustento da unidade doméstica, é difícil quantificar a ajuda recebida e proporcionada, porque nem sempre os favorecidos sabem dimensionar apropriadamente a importância das transferências familiares, ou o seu valor e importância tendem a cair na rotina ou no esquecimento (LEAL, 2006).

Segundo Saad (1998), os tipos de transferência podem acontecer a partir de três dimensões, quais sejam: material, instrumental ou funcional. Considera-se como *material* o apoio envolvendo dinheiro ou artigos de necessidade, como comida, roupas e utensílios domésticos; como *instrumental*, aquele envolvendo atividades instrumentais da vida diária; e como *funcional*, o que envolve atividades de manutenção da vida diária.

De acordo com Arrondel e Masson (2006) e Laferrère e Wolff (2006), existem três tipos de fluxos de transferência: ascendente, nulo e descendente. Como exemplo do fluxo ascendente, têm-se empréstimos de moradia e sustento garantido aos idosos pelos mais jovens e a crescente demanda da população idosa por cuidados de saúde (BRUSCHINI, 1990). Como fluxo descendente, podem-se citar os pagamentos de gastos com educação e saúde dos netos pelos avós (LEAL, 2006). O fluxo de

transferência informal entre familiares, quando se mostra extremamente intenso em ambos os sentidos, permite duas avaliações importantes. Primeiro, o intenso fluxo de ajuda informal no sentido ascendente estaria substituindo parcela importante do suporte que deveria ser transferido aos membros mais idosos da sociedade via instrumentos formais. Segundo, o fluxo no sentido inverso, entretanto, estaria explicitando as consequências perversas para os idosos de um contexto socioeconômico desfavorável, no qual eles não só veem se exaurir das principais fontes de ajuda informal, como acabam por arcar com o ônus de se tornarem fonte de ajuda informal para seus familiares (SAAD, 1998). Porém, as teorias sociobiológicas (LOW, 1998) sugerem que os fluxos devem ser descendentes, à medida que os investimentos têm o objetivo de maximizar o valor reprodutivo familiar.

Não obstante, estudos apontam outras formas de denominar os fluxos de transferências. Por exemplo, alguns trabalhos se referem à distância geográfica como fator determinante não só do tipo de interação das diferentes gerações dentro da família, mas também da frequência com que elas ocorrem (KIVETT, ATKINSON, 1984; LIN, ROGERSON, 1995). Já a sociologia utiliza três escopos: estrutural, institucional e cultural, em que, pela ótica estrutural, as trocas são influenciadas por mudanças demográficas, pelas relações de gênero, pela distribuição dos perfis ocupacionais, entre outros. Já pela ótica institucional, as trocas são reguladas por instituições ou por regras tácitas de apoio e, por fim, pela ótica culturalista que dá relevo às especificidades locais e às manifestações dos costumes como explicação para determinados arranjos de suporte (KOHLI, 2004).

Conclui-se, contudo, que as taxonomias dos fluxos podem ter três vertentes diferentes, a de Arrondel e Masson (2006) e Laferrère e Wolff (2006), que utilizam a escala de gerações (ascendentes, descendentes, nulas); as de Kivett e Atkinson (1984), que empregam a frequência (alta, média e baixa); e, por fim, as de Kohli (2004), que usam aspectos sociodemográficos (gênero, ocupação, renda, escolaridade, normas e outros). Para tanto, optou-se pela taxonomia de Arrondel e Masson (2006) e Laferrère e Wolff (2006), por se tratar de uma abordagem que integrou as demais.

Em suma, as transferências familiares constituem-se em um apoio fundamental da rede familiar, em que as variações acontecem de acordo com o tipo, fluxo e razões.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O local de estudo selecionado foi o Município de Bambuí, localizado na região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais. O procedimento para a delimitação geográfica da área do estudo utilizada nesta pesquisa consistiu em classificar os bairros de Bambuí de acordo com aspectos construtivos das habitações, selecionando-se as famílias residentes nos bairros considerados carentes, segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com dados do IBGE (2010), Bambuí possui uma população urbana de 22.488 habitantes, sendo 17,72% com renda *per capita* inferior a R\$75,50.

Foram utilizadas como unidades de análise as famílias carentes do Município de Bambuí, mediante a coleta de informações que subsidiariam as análises do chefe familiar, entendendo-se como chefe familiar o(a) provedor(a) principal que recebia a maior renda do domicílio e que cuidava do provimento de recursos para os outros membros familiares. Foram selecionadas 60 famílias, as quais constituíram a amostra não probabilística. O instrumento de coleta de dados constituiu-se num roteiro de entrevista fundamentado em roteiro semiestruturado. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando-se o software Statistical Package for the Social Sciences versão 17.0.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1. Perfil socioeconômico e demográfico das famílias

Os entrevistados possuíam entre 17 e 40 anos de idade (40%), eram casados (50%), do sexo masculino (56,7%), de etnia parda (51,7%), católicos (56,7%), com renda familiar entre R\$300,00 e R\$534,00 (98,3%), residentes em casa alugada (31,7%), trabalhando na informalidade (55%) e tendo como ocupação principal a atividade rural. Os dados revelaram que o percentual de mulheres (43,3%) nas chefias de lares era condizente com a literatura, que apontou que, em todos os países da América Latina, há significativa porcentagem de domicílios cujo aporte econômico principal é dado pela mulher (ARRIAGADA, 2004).

A chefia feminina se dava apenas nas famílias monoparentais. Pesquisas têm mostrado que as famílias monoparentais e de baixa renda, geralmente matrifocais, ou seja, chefiadas por mulheres, representam um grupo cada vez mais expressivo na sociedade brasileira (ARRIAGADA, 2004). Segundo Yunes et al. (2005), é inegável que, quando se trata de famílias de baixa renda, a monoparentabilidade pode ser uma dificuldade a mais que sobrecarrega a figura feminina, sugerindo que as mulheres de classes menos favorecidas e no papel de provedoras enfrentam um somatório de problemas e mudanças que transcendem a questão da pobreza em si.

Quanto à escolaridade dos chefes das famílias pesquisadas, evidenciou-se, de maneira geral, um baixo nível de escolaridade, uma vez que 21,7% dos chefes não possuíam nenhum ano de estudo, sendo 30,8% de homens e 14,7% de mulheres; e 85,3% das mulheres e 69,2% dos homens tinham, no mínimo, um ano de estudo, mas nenhum dos entrevistados havia cursado o ensino fundamental completo.

No que diz respeito à situação de posse do imóvel, observou-se que 31,7% dos entrevistados residiam em imóvel alugado, implicando despesas para os chefes das famílias; 26,7% moravam em imóvel próprio; 23,3% habitavam imóvel cedido, implicando ônus para outra família; e 18,3% residiam em terrenos invadidos, implicando condições inseguras de habitação, como condições habitacionais precárias e perigosas.

No que diz respeito ao número de membros da família residentes na mesma habitação, 60% das famílias compunham-se de até quatro habitantes. Em 56,7% das unidades familiares, o chefe residia com seus filhos menores – crianças e adolescentes. Em 50% das famílias, o chefe convivia com o cônjuge e, em 26,7%, com parentes descendentes de segunda geração (netos) e 10%, com seus parentes ascendentes (pais/mães). Em 63% das famílias estudadas havia, pelo menos, um filho adulto residindo na mesma habitação.

A ocupação dos chefes familiares concentrava-se, na maior parte, no setor agrícola (36,7%), seguido pelos aposentados (31,7%). Esses dados evidenciam como o baixo nível de escolaridade dos entrevistados refletia em suas opções de ocupação. Esse resultado corrobora os do estudo de Leal (2006), que descreveu sobre as implicações entre escolaridade e ocupações precárias.

Observaram-se baixos rendimentos dos chefes das famílias pesquisadas, em que 98,3% percebiam menos de R\$534,00, 50% não ultrapassavam R\$417,00 e 1,7% percebiam mais do que R\$535,00. Além do mais, em 43,3% dos casos estudados apenas o chefe possuía algum tipo de trabalho ou aposentadoria/pensão. Em relação à renda *per capita*, os dados demonstraram que 36,7% de famílias viviam com menos de R\$127,00, o que significa que, de acordo com as estatísticas e a literatura, eram famílias consideradas indigentes, porque recebiam menos de $\frac{1}{4}$ do SM.

As famílias em estudo puderam ser classificadas quanto ao seu tipo de arranjo familiar em estendida, nuclear e monoparental. As famílias estendidas (40%) eram formadas por parentes ascendentes (pais), descendentes (filhos e netos) e colaterais (sobrinhos). Já as famílias nucleares (33%) eram constituídas de chefe da família (esposo), esposa e filho(s). As famílias monoparentais (27%) eram formadas pelo chefe do lar (mulher) e seu(s) filho(s).

7.2. Identificação dos itens recebidos e transferidos pelas unidades de análise

Neste item, procuraram-se analisar as transferências recebidas ou doações feitas pela família entre seus membros. Os dados demonstraram que a maior parte das famílias carentes em questão (41,7%) recebia mais do que fazia transferências de bens e serviços. Esse recebimento se dava principalmente nos casos em que a renda *per capita* era inferior a R\$127,00, como era de se esperar.

De acordo com as dimensões das transferências familiares, a maior parte transferia (52,9%) e recebia (44,4%) itens da dimensão funcional, sendo observado que as famílias recebiam mais do que transferiam itens da dimensão material, enquanto na dimensão instrumental a diferença era menor do que nas outras dimensões. Em se tratando de itens transferidos, a abordagem foi em três dimensões, como se descreve a seguir.

Quanto aos itens transferidos, os dados revelaram que as famílias transferiam principalmente habitação (32,6%), seguida de serviços (29,2%) e alimentos (21,3%). Esse resultado não condiz com os das pesquisas de ajuda mútua de Motta e Scott (1983), os quais apontaram para a seguinte ordem de importância das transferências: alimentos, vestuário, serviços, habitação e dinheiro. Dessa forma, vê-se a ordem

alterada, sobretudo no que se refere a dinheiro (16,9%). Tal resultado se deve, possivelmente, à presença considerável (26,7%) de chefes de família idosos (65 a 88 anos) na amostra. A co-habitação dos mais novos com os pais seria uma forma de transferência.

Em relação aos tipos de serviços transferidos, os dados demonstraram os itens doados pelas famílias pesquisadas a seus parentes. A análise revelou que a maior parte das doações de serviços entre as famílias em questão estava relacionada a cuidados com o vestuário (31%), seguidos de cuidado com crianças (16%), com doentes (14%) e com saúde (12%) e administração financeira (12%). Esses dados são condizentes com os da literatura a respeito de ajuda mútua, pois, segundo Motta e Scott (1983), a troca de serviços é prática muito desenvolvida entre as famílias carentes, indo desde pequenos favores até grandes serviços vitais para a manutenção da família. Em caso de doença, manifestava-se a solidariedade em forma de visitas e cuidados com o enfermo. Profissionais prestavam serviços gratuitos ou a preços inferiores aos praticados no mercado de trabalho. Assim, as trocas se tornavam estratégias prioritárias de sobrevivência.

Os chefes de famílias estavam dispostos a ajudar a sua família, com a transferência de recursos na forma de co-habitação.

Aqui em casa, somos cinco pessoas, eu, minha esposa, meu filho, minha nora e meu netinho. O meu filho ganha um salário e têm três meses que ele está morando aqui com a sua família, antes ele morava de aluguel, e não estava conseguindo pagar as contas, agora ele não paga nada (Entrevistado nº 01, 88 anos, aposentado, casado, renda principal de R\$510,00, renda *per capita* R\$204,00).

Muitas pessoas vão-se ajudando mutuamente nas famílias estendidas não só as descendentes, mas também as ascendentes e as colaterais. Porém, havia implicações positivas e negativas quanto às co-habitações. Em termos otimistas, pode-se citar que as co-habitações eram menos onerosas para quem as estava recebendo e, quando havia a divisão das despesas entre os atores, podia ser considerada uma economia para ambos; quando havia algum membro que necessitava de cuidados, podia ser um facilitador. Além disso, podia estreitar os laços familiares, fortalecendo-os se a família receptora reconhecesse a importância da transferência e se os custos para a família doadora fossem compensadores. Não obstante, era negativo quando o custo para o doador se tornava significativo e quando o receptor não reconhecia a ajuda recebida, entre outros.

Aqui em casa mora eu e meu filho. Ele mora comigo, mas deveria estar morando era na cadeia... ele rouba o meu dinheiro e vai beber. É um irresponsável, já tirei ele da prisão várias vezes, por causa de roubo. Sabe... eu fico com dó, porque agente é pai, mas não deveria ter dó (Entrevistado nº 4, 80 anos, viúvo, aposentado, renda principal de R\$510,00, renda *per capita* de R\$210,00).

Dessa forma, as transferências não eram, em sua maioria, monetárias e materiais, ocorrendo nas três dimensões.

Quanto aos itens recebidos, os dados apontaram que o item de maior proporção de recebimentos eram serviços (35,2%), seguidos de alimentos (22,7%), vestuário (18,8%), dinheiro (11,7%), habitação (6,3%) e outros (5,5%). Esses dados foram condizentes com os das pesquisas de Motta e Scott (1983), que afirmavam que famílias com baixo rendimento efetuavam mais ajudas relacionadas a serviços e a itens de primeira necessidade.

Em relação aos serviços recebidos pelas famílias carentes, os dados mostraram que a maior proporção estava concentrada em cuidados com as crianças (40,0%), seguidos de manutenção da casa (15,8%), preparo de alimentos (14,7%), cuidados com a saúde (12,6%) e outros (16,8%).

Portanto, os recebimentos aconteciam nas três dimensões, sendo, na maior parte das vezes, monetários e materiais.

7.3. Motivos que levam as famílias carentes a receberem ou ajudarem os familiares

Quanto aos motivos para efetuar as transferências, apenas 46 pessoas, ou seja, cerca de 76%, aplicava-se o questionamento, ressaltando-se que não fazia sentido indagar aos chefes de famílias que não a faziam. Dessa forma, a condição para esse questionamento era a resposta positiva (sim) a itens transferidos. Os dados mostraram que a maioria dos chefes familiares, mesmo em estado de pobreza, transferia por razões altruísticas (54,3%), 17,4% pelo baixo custo representado pela transferência, 13,0% por razões de reciprocidade e 15,2% por seguro-velhice.

Quanto aos motivos de receber transferências, 51 pessoas, ou seja, 85% da amostra, responderam à pergunta. Os chefes familiares, quando recebiam ajuda, percebiam, em sua maioria, que o motivo era a necessidade de sua própria família (52,9%), seguido de reciprocidade (45,1%) e altruísmo (2,0%). Os resultados foram

condizentes com os de Rocha (2006) e Arriagada (2007), que relataram que a família se encarregava do provimento de recursos para seus membros em caso de necessidade ou omissão do Estado. Assim, a família respondia às crises, estabelecendo e reforçando responsabilidades e relações de seguridade, mas também estabelecendo reciprocidades definidas culturalmente. Já o motivo altruístico contradizia o esperado porque era um tipo de valor universal, de interesse coletivista, que preservava e reforçava o bem-estar das pessoas próximas com quem se mantinha contato pessoal frequente e não casual.

Em relação à continuidade das transferências, nas 60 famílias pesquisadas, 85% responderam que pretendiam continuar ajudando aos parentes e familiares. Na análise de Blau (1964) sobre a continuidade nas trocas, esse autor concluiu que a interação entre pessoas será contínua e positiva se os atores “lucrarem” com a interação. Assim, uma vez que as transferências ocorriam nos dois sentidos, “ajudar” também pode significar “ser ajudado”.

Os dados indicaram que o maior motivo era a necessidade (44,9%), seguida de compensação (22,4%), benevolência e seguro-velhice e baixo custo, ressaltando-se que 11 chefes de famílias não responderam à questão por esta não se aplicar, ou seja, só era condição para a resposta se houvesse transferência.

Esses dados corroboraram os de pesquisas que explicaram a motivação das famílias que se ligam por interesses intergeracionais, as quais transferem recursos para melhorar o bem-estar dos membros mais pobres ou, simplesmente, compensar por uma ação passada, ou pelo aspecto altruísta e pelo seguro-velhice. Segundo Saad (2004), as relações de ajuda entre pais e filhos têm assegurado a sobrevivência nas idades mais avançadas. Assim, o papel central da família como suporte aos idosos é fundamental, visto que o processo de envelhecimento populacional e a restrita política pública brasileira de suporte ao idoso exigem que a relação deste com a família se torne o centro das preocupações.

Em relação aos motivos da continuidade das transferências em função do gênero do chefe familiar, os dados revelaram que tanto homens quanto mulheres afirmaram que o motivo da continuidade das transferências era a necessidade de a família recebedora; porém, para as demais categorias, houve grande variação, principalmente no que se refere à compensação, sendo mais expressivo para os homens (38,5%) do que para as mulheres (4,3%).

Essa diferença entre gêneros, no que tange aos motivos para a continuidade da transferência, pode estar relacionada ao fato de o homem agir de forma mais racional e menos emotiva do que a mulher. Dessa forma, não é difícil concluir que, apesar das diferenças das razões da continuidade das transferências em relação aos gêneros, essa continuidade não está ameaçada de erradicação. Em se tratando dos sentimentos e das intenções dos chefes familiares em face dessas transferências, são descritos a seguir os sentimentos dos doadores e receptores de ajuda e as formas de recebimento e reconhecimento dessa ação.

7.4. Sentimentos dos doadores e receptores de ajuda

Em relação aos sentimentos dos chefes das famílias ao oferecerem ajuda aos parentes, verificou-se que o sentimento de necessidade de pertencimento foi a resposta mais frequente (76,5%), e houve variação entre homens (67,9%) e mulheres (87,0%), conforme exemplificado pela seguinte fala:

Para mim ajudar os meus parentes, apesar de que eu sou mais ajudada, não têm preço, é carinho com os meus parentes (Entrevistado nº 41, separado, 40 anos, feminino, renda principal R\$300,00 e renda *per capita* R\$105,00, composição da família: Ela e três filhos).

Esse dado era esperado porque, segundo Homans (1958), tal sentimento de interação faz parte do comportamento de indivíduos que procuram encontrar atividades dentro de um grupo, a fim de obter aceitação social. As pessoas procuram agregar-se.

Segundo Rocha (2008), nas relações um denominador compartilhado que oferece ao sujeito a legitimação no grupo é a continuidade de pertencer à rede. Além disso, os outros sentimentos encontrados corroboraram as explicações de Sabatelli e Shehan (1993) e Ekeh (1974), porque as trocas sociais tratam das seguintes abordagens – atração, satisfação, reciprocidade, justiça, compromisso, confiança, responsabilidade e função de dependência como mediadora de níveis de dependência de envolvimento que caracterizam uma norma relacional.

Em relação aos sentimentos dos chefes das famílias ao receberem transferências, observaram-se diferenças entre os gêneros, em que a alegria nas mulheres (65,2%) era

mais relevante do que nos homens (37,0%). Já o sentimento de gratidão era mais marcante nos homens (37,0%) do que nas mulheres (30,4%).

Dessa forma, é evidente a conclusão de que há um sentimentalismo envolvido nos processos de troca, apesar das diferenças entre os gêneros.

7.5. Formas de retribuição e, ou, reconhecimento dos recebedores de ajuda

Em termos de recompensas, 43,3% dos entrevistados, ao receberem ajuda, não esperavam, não havendo diferença entre os gêneros. Porém, é importante ressaltar que a maioria esperava ter recompensas ao realizar qualquer tipo de transferência, o que caracteriza a reciprocidade. No momento da pesquisa, 90,2% dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, responderam que estavam recebendo alguma retribuição pela ajuda oferecida nos últimos seis meses.

Observou-se que a maior parte esperava ser recompensada com gratidão (48%), seguida de seguro-velhice (40,0%) e dinheiro (12,0%).

Considerando o gênero, as mulheres (50,0%) esperavam mais por cuidados na velhice do que os homens (30,8%). Já em relação à gratidão os homens (53,8%) esperavam mais do que as mulheres (41,7%), assim como em relação a dinheiro (15,4% e 8,3%, respectivamente).

As falas seguintes exemplificam essas considerações:

Eu espero que quando não conseguir fazer mais nada minha filha ou meus netos cuidem de mim, eu não quero ir para o sanatório ou ficar a míngua (Entrevistada nº 6, 74 anos, feminino, viúva, renda principal R\$510,00, renda *per capita* R\$164,00, composição familiar: ela, uma filha, um genro e dois netos).

Eu espero que a minha filha apenas seja grata, não espero nada e quando eu não conseguir fazer mais nada, quero ir para o sanatório porque lá eles cuidam da gente direitinho, não quero depender de ninguém (Entrevistado nº 5, 74 anos, masculino, viúvo, renda principal R\$510,00, renda *per capita* R\$255,00, composição familiar: ele, filha e dois netos).

Eu espero que o meu filho me pague, porque preciso do dinheiro para comprar as coisas e quando não conseguir fazer mais nada é só me levar para o santário, lá eles cuidam da gente melhor do que a família (Entrevistado nº 3, 80 anos, masculino, viúvo, renda principal R\$510,00, renda *per capita* R\$255,00, composição familiar: ele e um filho).

A recompensa na forma de gratidão corroborou os estudos de Laferrère e Wolff (2006) sobre o não altruísmo. O reconhecimento na forma de seguro-velhice corrobora as pesquisas de Saad (1998), que afirmou que as pessoas esperavam receber cuidados na velhice de membros familiares.

8. CONCLUSÕES

As famílias pesquisadas mostraram-se mais receptoras do que doadoras de ajuda, o que pode ser explicado por seu *status* socioeconômico. A ajuda dada era percebida como benevolência, enquanto se recebia em razão da necessidade, seja em termos financeiros, seja de cuidados. Assim, por necessitar de ajuda, havia a necessidade de também ajudar, o que caracterizava a reciprocidade.

Dar ajuda embutia um sentimento de poder ser cuidado na velhice ou em períodos de doença, não se caracterizando, portanto, como recompensa imediata.

Este estudo deixou, assim, algumas questões que poderão conduzir futuras pesquisas. Ou seja: Como ocorrem as transferências de recursos em famílias chefiadas por mulheres? Há diferenças entre estas e as famílias chefiadas por homens? Como os diferentes arranjos familiares transferem recursos?

Além dessa, é premente a reflexão de que a pobreza persiste em países não desenvolvidos e que as pessoas estão sobrevivendo com o apoio da família e da comunidade há décadas. Portanto, sugerem-se pesquisas que tomem como unidade de análise não só a família estendida, mas também a família comunitária, incluindo-se nela a rede de vizinhança e a família empregadora. Para tanto, são necessárias políticas públicas que tomem o cuidado de tratar as especificidades em relação aos arranjos familiares, à composição da família e à propriedade do imóvel, entre outras.

Finalmente, conclui-se que a família ainda representa a principal fonte de suporte informal decisivo na sobrevivência de parcela significativa da população, uma vez que as instituições de apoio e políticas de assistência a grupos vulneráveis ainda não atendem plenamente às demandas sociais.

9. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alessandra Abelha de. **Desemprego e transferência familiares**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1998.
- ARRIAGADA, Irma. **Familias y políticas públicas en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL; División de Desarrollo Social, 2007.
- ARRONDEL, Luc; MASSON, André. Altruism, exchange or indirect reciprocity: what do the data on family transfers show? In: KOLM, S.; YTHIER, J. M. **Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity**: applications. Amsterdam: The Netherlands, 2006. p. 971-1053.
- BLAU, Peter Michael. **Exchange and power in social life**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.
- CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio. **A percepção das mulheres beneficiárias do programa bolsa família sobre sua implementação em Viçosa-MG**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.
- DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2002.
- EKEH, Peter P. **Social exchange theory**: the two traditions. London: Heinemann Educational Books, 1974.
- SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 28 nov. 2009.
- KIVETT, Vira R.; ATKINSON, Maxine P. Filial expectations, association, and helping as a function of number of children among older rural-transitional parents. **Journal of Gerontology**, v. 39, n. 4, p. 499-503, 1984.

KOHLI, Martin. Intergenerational transfers and inheritance: a comparative view. In: MERRIL, S. **Intergenerational relations across time and place**. Nova Iorque: Springer, 2004. p. 266-289.

LAFERRÈRE, Anne; WOLFF, François-Charles. Microeconomic models of family transfers. In: KOLM, S. C.; YTHIER, J. M. **Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity**. Elsevier, 2006. p. 890-969.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-29, out. 2003.

LEAL, Sônia Maria Rigueira Andrade. **Importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar e social – Teixeiras-MG**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

LIN, Ge; ROGERSON, Peter A. Elderly parents and the geographic availability of their adult children. **Research on Aging**, v. 17, n. 3, p. 303-331, 1995.

LOW, Bobbi S. The evolution of human life histories. In: CRAWFORD, C.; KREBS, D. L. **Handbook of evolutionary psychology: ideas, issues, and applications**. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1998. p. 131-161.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonauts of the Western Pacific**. Nova Iorque: E.P. Dutton & Co. Inc., 1922.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katalysis**, p. 35-43, jan. 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOTTA, Roberto; SCOTT, Parry. **Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife**. Recife: Massangana, 1983.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1.

ROCHA, Ana Ferreira. **Gênero, reciprocidade e reprodução social: o circuito da dívida na prática da "freguesia" entre mulheres de São Gabriel-BA**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAAD, Paulo Murad. **Support transfers between the elderly and the family in northeast and southeast Brazil**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade do Texas, Austin, 1998.

_____. Transferências de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 169-209.

SABATELLI, Ronald M.; SHEHAN, Constance L. Exchange and resource theories. In: BOSS, G.; DOHERTY, William J.; LAROSSA, Ralph; SCHUMM, Walter R.; STEINMETA, Suzanne K. **Sourcebook of family theories and methods**: a contextual approach. Nova Iorque: Plenum Press, 1993. p. 385-417.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Programa de orientação, apoio e promoção de famílias carentes. **Cadastro de famílias carentes 2008**. Bambuí, MG: Prefeitura Municipal de Bambuí, 2008.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TURNER, Bryan S. **Talcott parsons on economic and social theory**: the relevance of the amherst term papers. Nova Iorque: Springer, 1986. v. 27.

VANWEY, Leah K.; CEBULKO, Kara. “Intergenerational coresidence among small farmers in Brazilian Amazonia.” **Journal of Marriage and Family**, p. 1257-1270, 2007.

YUNES, Maria Angela Mattar; MENDES, Narjara Fernandes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. **Textos & Contextos**, p. 24-31, 2005.

*Recebido em 31 de Março de 2011 Aceito em 28 de Fevereiro de 2012